

“NÓS SOMOS ILHÉUS, JUNTOS SOMOS MAIS FORTES”: FLUXOS DA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE E COMUNIDADE NA ILHA DA CULATRA – FARO, PORTUGAL.¹

Mariela Felisbino da Silveira²

Resumo: O presente texto discute a noção de “comunidade culatrense” e seus desdobramentos, na Ilha da Culatra, um povoamento de pescadores e mariscadores, na Ria Formosa, Faro, Algarve, sul de Portugal. Privilegamos o processo de reivindicação territorial e comunitária, a recente discussão sobre desenvolvimento sustentável daquela área e seu papel na interação entre a Associação de Moradores da Ilha da Culatra e organismos do Estado português que detém a jurisdição daquele espaço.

Palavras-chave: Comunidade, identidade, patrimônio cultural.

Abstract: This text discusses the notion of “culatrense community” and its developments, identified in Ilha da Culatra, a settlement of fishermen in Ria Formosa, Faro, Algarve, south of Portugal. We privilege the process of territorial and community claim, the recent discussion on sustainable development and its role in the interaction between the Ilha da Culatra Residents' Association and Portuguese State institutions that have jurisdiction over the locality.

Key-words: Community, identity, cultural heritage.

¹ Comunicação apresentada no grupo de trabalho Dinâmicas Sociais e Patrimônio Cultural: (Re) configurações, Paisagens e Identidades no evento Territórios, cidades e migrações: diálogos interdisciplinares da rede de pesquisadores do INCT – Instituto Brasil Plural em setembro de 2019.

² Doutoranda em Antropologia no Iscte – Instituto Universitário de Lisboa em regime de cotutela com a Universidade Federal de Santa Catarina. Em Portugal, é colaboradora do CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia, pólo ISCTE-IUL. No Brasil, é pesquisadora do NAUI – Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, PPGAS, UFSC | mariela.silveira@outlook.com

1. Coabitar, participar, identificar

Como pesquisadora do projeto “Festa da Nossa Senhora dos Navegantes: quando imagens e gentes fazem uma romaria sobre as águas” cujo objetivo foi a candidatura da referida festa como patrimônio cultural nacional português, proponho compartilhar o processo inerente à produção de conhecimento em antropologia a partir da experiência de campo.

Processos de patrimonialização pressupõem, na maioria das vezes, formas de co-habitação em que se tornam necessárias a interação, a negociação e a participação dos pesquisadores junto dos produtores do bem em questão. O trabalho de campo com os culatrenses revelou-se visceral justamente por me proporcionar, como pesquisadora, este lugar de privilégio. Aos poucos, fui percebendo outros aspectos da vida social dos culatrenses que me interessavam e que poderiam ser objeto de um estudo mais alargado, como é o caso de uma tese de doutorado. No decorrer dos meses, fui identificando muitos dos elementos e conceitos que sempre me mobilizaram na minha trajetória profissional em antropologia, bem como uma relação de continuidade com a temática que venho desenvolvendo no Brasil.

A Festa em Honra de Nossa Senhora dos Navegantes, ou a Festa da Ilha, acontece no primeiro fim de semana de agosto e sua preparação e realização envolvem um grande número de pessoas. São dois dias de atividades lúdicas e religiosas que terminam na procissão que percorre as ruas da Culatra.

A Festa da Ilha celebra a devoção à Nossa Senhora dos Navegantes, ao mesmo tempo em que constitui a afirmação de uma identidade muito própria, o reforço dos laços comunitários e o orgulho de ser filho da Ilha. “Nós somos ilhéus, juntos somos mais fortes”.

Foi neste contexto que, ao longo dos meses de contatos, vivências e entrevistas, fui sendo familiarizada com as mais diversas estratégias identitárias para (re)afirmação de uma ligação histórica ao território que hoje os culatrenses ocupam e cujas primeiras ocupações remontam ao final do século XIX. As narrativas que me eram apresentadas, para além da festa, traziam à tona o sentido construído, de certa forma em construção, da “comunidade culatrense”.

Em perspectiva temos uma ilha periférica³ (na porção Sul do Sul da Europa) em uma região hegemônica (Europa) que tem socialmente características consideradas “tradicionais” para a antropologia clássica, mas, como grupo contemporâneo, numa sociedade globalizada, coexiste com as

³ Segundo informações cedidas pela AMIC – Associação de Moradores da Ilha da Culatra, a referida ilha está inserida em uma região lagunar confrontando a norte com a Ria Formosa e a sul com o Oceano Atlântico, tem aproximadamente 6 quilômetros de comprimento e 1,2 quilômetro de largura. A Ilha da Culatra é composta por 3 núcleos habitacionais: Farol, Hangares e Culatra, sendo este último o local onde o trabalho de campo se concentrou. O núcleo habitacional da Culatra tem a população estimada de 1.000 habitantes distribuídos em 400 habitações.

formas “modernas” de vida. São pescadores e mariscadores que vivem do seu ofício e da prestação de serviços para o turismo, ao mesmo tempo em que lutam pelo seu direito ao território geograficamente limitado e identitariamente marcado e associado a representações, manifestações, modos de vida e vivências do passado. Ou ainda, uma comunidade periférica e de posicionamento global como uma das seis ilhas da União Europeia a partir da aprovação do projeto para transição e autonomia energética⁴, e que, entretanto, teve acesso à rede de energia elétrica na década de 1990.

A partir deste cenário, pode ser interessante a proposta de “antropologias mundiais” (Ribeiro, 2006) que, entre outras coisas, sublinha uma espécie de terceira crise de representação da antropologia, inaugurada no momento em que, a partir dos anos 2000, a atenção se volta às mudanças nas relações entre antropólogos em diferentes locais do sistema mundial, hegemônicos e não hegemônicos na produção e reprodução do conhecimento. Considerando este movimento, é pertinente pensarmos não só na posição relativa da Ilha da Culatra como da minha própria colocação enquanto antropóloga formada em uma antropologia nacional, a brasileira, e atuando em uma margem periférica de um centro hegemônico.

O desembarque na Ilha da Culatra, inevitavelmente, ecoava um imaginário que se projetava distante de minha realidade. Entretanto, não demorou para que percebesse o quão familiar era a situação para uma ilha nascida na Ilha de Santa Catarina, ao Sul do Brasil. E estas nuances se revelaram importantes para repensar a ideia endurecida de centro e periferia em uma era de produção de conhecimento altamente globalizada.

2. Narrativas e estratégias de (re)construção da identidade culatrense

O processo de reconhecimento da Festa da N. S. dos Navegantes, como patrimônio cultural imaterial português, possibilitou a interação entre moradores, investigadores, instituições e público em geral. Neste caso, as narrativas têm a missão de equalizar discursos e práticas à volta do que se entende como “ser ilhéu, ser culatrense” enquanto identidade partilhada, com vistas a uma reivindicação territorial e comunitária, instrumentalizada pela (re)configuração constante dos modos de vida numa comunidade piscatória onde o tradicional e o moderno co-habitam.

O processo de ocupação e constituição histórica da Ilha da Culatra dá-se de forma gradual, a partir do final do século XIX, com a migração sazonal de pescadores, e processualmente de suas famílias, atraídos por atividades pesqueiras como as armações de sardinha e a pesca de cerco (Seruca, 200:99).

⁴ Tema que será melhor desenvolvido no decorrer do texto.

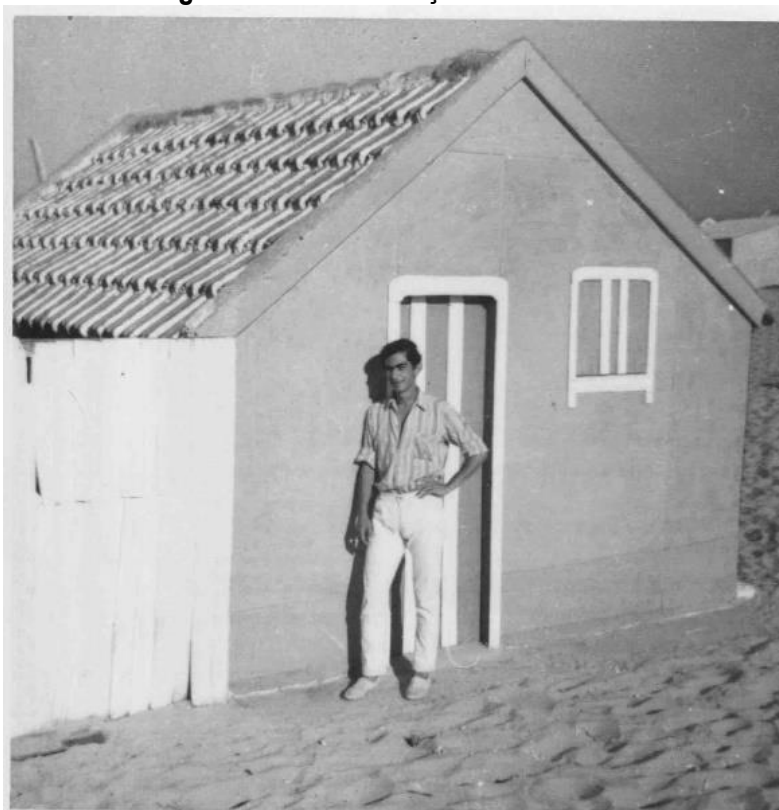
As transformações ao longo do tempo nas técnicas de construção (ver figuras 1 e 2) explicitam o caráter de definitividade da ocupação. Primeiro, o povoado ganha forma com barracas de barrão, depois com revestimento de madeira e telhados de zinco, o que vai configurando a permanência da população estabelecida em núcleos familiares, que vivem sobretudo da pesca, mas também da criação de animais e plantação para subsistência.

Figura 1 – Habitações em madeira com cobertura de palha que foram gradualmente sendo substituídas por alvenaria.



Fonte: Acervo AMIC.

Figura 2 – Autoconstruções em alvenaria



Fonte: Acervo AMIC.

Acontecimentos como a incorporação do território a uma área de reserva natural em 1978⁵ e a sucessiva implementação do Parque Natural da Ria Formosa, em 1987⁶, põem em xeque a legitimidade do direito à habitação daquela ocupação historicamente marcada. A partir de 1987 surge uma série de boicotes às eleições municipais, que tinham como alvo não só a luta pelo direito ao território, mas também a reivindicação ao acesso a condições de permanência, tais como energia elétrica, água canalizada e saneamento básico (ver figuras 3 e 4). Desde então, é comemorado, no dia 19 de julho, o Dia da Ilha, que assinala a fundação administrativa da Associação de Moradores da Ilha da Culatra.

⁵ Decreto-lei 45/78 de 2 de maio de 1978.

⁶ Decreto-lei 373/87 de 9 de dezembro de 1987.

Figura 3 – Reivindicações e mobilizações comunitárias.



Fonte: Acervo AMIC, 1987.

Figura 4 - “Já estou farto de candeeiro a petróleo, queremos luz elétrica” era uma das reivindicações dos cartazes.



Fonte: Acervo AMIC, 1987.

“Somos ilhéus, juntos somos mais fortes” – estes eram os dizeres estampados nas camisetas dos culatrenses durante as manifestações contra a derrubada de casas na localidade, que passam a ser consideradas ilegais pelo Estado, a partir da incorporação do território à área do Parque Natural da Ria Formosa, em 1987.

Mais uma vez, era preciso reivindicar e negociar os termos de uma ocupação territorial comunitária que remonta às primeiras ocupações, no final do século XIX. O resultado das negociações foram a atribuição e entrega dos títulos de uso dos recursos hídricos e que garantem o direito à habitação naquele espaço. Os títulos são transmissíveis para os filhos e outros descendentes, mas necessitam ser renovados a cada 30 anos mediante prova de manutenção de atividade piscatória pelo titular.

Em 2019, a ilha ingressa no programa de transição energética denominado Culatra 2030⁷, sendo uma das seis ilhas europeias participantes da ação que pretende gerar autonomia e sustentabilidade na produção de energia.

Mantecón (1993) elenca algumas das transformações culturais impulsionadas pela globalização, o avanço tecnológico e as mudanças na percepção de tempo e espaço, que tomam forma a partir da década de 1980. Entre estes fenômenos descritos pela autora nos interessa a relação entre o ressurgimento das identidades locais e o nascimento de culturas globais. Neste sentido, somos levados a entender que uma identidade local, tal qual a reivindicada pelos moradores da Culatra, se embasa na histórica e processual ocupação territorial como forma de garantir o reconhecimento de sua singularidade e importância dentro do contexto nacional.

Uma vez fortalecidas, as Identidades locais passam a integrar a disputa dentro do sistema de culturas globais, momento em que é necessário negociar a permanência de suas especificidades dentro da cíclica, e contraditória, diferenciação e homogeneização que sustenta o sistema capitalista global.

Este processo cíclico de produção de singularidade e diferença pode ser observado na Culatra a partir da narrativa histórica de ocupação do lugar que, somada às várias manifestações pela permanência ao longo dos anos, reafirma a identidade comunitária. Neste momento, a identidade coletiva e

⁷ No início de 2019 a Universidade do Algarve (UALG), em colaboração com a Associação de Moradores da Ilha da Culatra (AMIC), submeteu uma proposta ao Secretariado Europeu das Ilhas da UE. A Ilha da Culatra foi selecionada e será uma das seis ilhas piloto que receberá apoio técnico para desenhar uma Agenda para a Transição Energética. Na sequência, foi assinado um Memorando de Entendimento entre o Secretariado Europeu das Ilhas da UE, UALG, AMIC, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Algarve (CCDR Algarve) e a Câmara Municipal de Faro. Mais informações em: <http://www.culatra2030.pt/enquadramento.html>

singularizada é inserida na campanha de transição energética, uma tendência global que garantirá a partida reconhecimento e fortalecimento local.

3. Processos de reivindicação territorial e comunitária

Para entender o processo de construção cultural da identidade distintiva de comunidade na Ilha da Culatra é preciso reconhecer o papel dos movimentos políticos locais, que viabilizaram a produção de diferença, no processo histórico de ocupação do lugar, por meio da identidade comunitária "culatrense", apreendendo o papel da construção, afirmação e reelaboração da identidade comunitária como estratégia de permanência na localidade.

Neste momento, para um esboço destas ideias, é interessante considerarmos as noções de espaço, lugar, identidade e comunidade. O primeiro desafio é a aparente correspondência teórica entre espaço, lugar e cultura, uma vez que esta perspectiva vem sendo amplamente questionada pela literatura antropológica atual, que tem como uma das premissas a descontinuidade e a desnaturalização das divisões que estes conceitos engendram. Entretanto, é a maneira como se inscrevem os traços de cultura, memória e história sob a "grade neutra" do espaço que determinam as potenciais diferenciações a partir de uma leitura da organização social do lugar. (Gupta e Ferguson, 2000:32). Ou seja, ao olharmos mais de perto as características do grupo, entenderemos que elas se assemelham às de outras comunidades piscatórias tradicionais portuguesas e o que de fato os diferencia de outros grupos considerados tradicionais é a própria (re)produção da diferença através da auto identificação comunitária.

O espaço, ali delimitado geograficamente, vai tornando-se uma localidade, um lugar, impregnado de história e memória contada e transmitida pelos que as detêm. Desta forma, a organização social toma forma ao mesmo tempo em que viabiliza a identidade comunitária culatrense.

Poderia se pensar que a Culatra se identifica com o estatuto de comunidade por conta de um relativo isolamento, já que é uma ilha com acesso apenas por embarcações, sem pontes ou sistema regular de transporte aéreo. Ao contrário, não se trata apenas de uma comunidade territorialmente delimitada, mas de um agrupamento que interage dentro dos "espaços hierarquicamente organizados" (Gupta e Ferguson, 2000:34) dos quais faz parte, tais como a União Europeia, o estado-nação português e todas as suas instâncias governamentais com as quais os ilhéus precisam interagir, dialogar e negociar os termos de sua permanência.

São os termos destas negociações que possibilitam o dinamismo frente à narrativa de sua história. É a partir desta necessidade de se adequar aos termos destes organismos, a exemplo do Ministério do Mar, da Agência Portuguesa do Ambiente e do Parque Natural da Ria Formosa, ao qual o território da

Ilha da Culatra foi incorporado nos anos 1970, que a identidade culatrense vai se revelando necessária. Esta necessidade traz consigo a plasticidade para se adaptar às legislações e às regras de ocupação.

Foi este impulso motor que viabilizou a mobilização do grupo enquanto uma comunidade piscatória tradicional e ainda são as mesmas engrenagens que levam ao projeto Culatra 2030 –

Comunidade Energética Sustentável e, conseqüentemente, ao Secretariado Europeu para Energias Limpas nas Ilhas. É, portanto, neste movimento que as questões locais se articulam com as diretrizes globais dentro do espaço pré-existente tanto geográfica quanto politicamente. Ao mesmo tempo, lança-se um desafio: Como falar do processo de “glocalização” (Mattelart, 1996) de uma identidade coletiva, mas territorializada?

Considerações finais

Neste sentido, um olhar mais atento aos processos que estão envolvidos na constituição da identidade comunitária culatrense, ao invés de buscar uma suposta ligação essencialista entre a cultura e o lugar, é que torna esta investigação viável. A potencial análise do processo de constituição da identidade culatrense pode se iniciar tomando em atenção a marca diferencial desenvolvida “dentro de processos históricos e institucionais locais” (Agier, 2001; Hall, 2004). Entender como a população da Ilha da Culatra recebe, percebe e reage às questões que lhe foram e continuam sendo postas como limitantes ou condicionantes da ideia de “ser ilhéu, de ser culatrense”.

Revela-se fundamental tomarmos como referência que a produção de diferença não é o produto final e, sim, o ponto de partida para entendermos as conexões com o mundo, com os espaços hierárquicos com os quais há relações de interdependência.

No caso da Culatra, poderíamos pensar em uma espécie de paradoxo identitário comunitário? Em um cenário em que o grupo se declara culatrense, mas que precisa ser europeu para ter acesso a linhas de financiamentos junto à União Europeia, sendo que é justamente esta condição singular que dá acesso a mecanismos de financiamento para seu projeto de comunidade. Este movimento entrelaça identidade e território, pois os títulos de autorização de uso dos recursos hídricos e, em consequência, das casas construídas e habitadas pelas famílias estabelecidas na ilha têm como condicionante a renovação a cada trinta anos, momento em que é imposto demonstrar a continuidade da comunidade culatrense e de suas respectivas práticas. Entender as relações entre estas duas identidades, a culatrense e a europeia, não significa dizer que são interfaces excludentes, mas, sim, partes que se justapõem, contraem e retraem de acordo com a conveniência e as circunstâncias políticas e sociais que inserem a identidade coletiva

e singularizada dentro da cíclica, e contraditória, diferenciação e homogeneização que sustenta o sistema capitalista.

Referências

AGIER, Michel. **Distúrbios Identitários em tempos de globalização**. Mana, v. 7, n. 2, Rio de Janeiro, 2001, (p. 7-33).

Culatra 2030: Comunidade Energética Sustentável. Disponível em: <http://www.culatra2030.pt/index.html>
Acesso em: 20/1/2020.

Diário da República Eletrónico n.º 100/1978, Série I de 1978-05-02. Portugal. Disponível em: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/295781/details/normal?q=Ria+formosa> Acesso em: 20/1/2020.

Diário da República Eletrónico. n.º 282/1987, Série I de 1987-12-09. Portugal. Disponível em: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/498153/details/normal?q=Ria+formosa>. Acesso em: 20/1/2020.

GUPTA A. FERGUSON J. **Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença**. In: Antônio A. Arantes (org.), O espaço da diferença. Campinas, SP: Papirus, 2000, (p. 31-49).

HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 2004, (p. 7-47); (p. 77-102).
MATTELART, Armand. **A globalização da comunicação**. Bauru, SP: EDUSC, 1996.

MANTECÓN, Ana Rosa. **Globalización cultural y antropología**. In: ALTERIDADES, 1993 3(5): (p. 79-91).

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Antropologias mundiais. Para um novo cenário global na antropologia**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 21 n. 60 (p.147-185).

SERUCA, Dorilo. **As pequenas comunidades piscatórias do Sul**. DRPAS, DGPA, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, 2000.

Recebido em 04/03/2020 | Aceito em 26/03/2020.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/)